
*FRONTEIRAS DO PARANÁ:
da colonização à migração*

TÂNIA NAVARRO SWAIN

Historiadora, Professora da Universidade de Brasília

Departamento de História — UnB

Brasília, DF

RESUMO

A colonização das regiões de fronteira agrária e agrícola é utilizada atualmente para instalar os “excedentes” de mão-de-obra, criados pela mecanização, e para reduzir os efeitos sociais negativos de uma política agrícola instável, orientada para o crescimento das exportações.

O Paraná, que oferecia aos migrantes dos anos quarenta e cinquenta condições favoráveis para a aquisição de terras e uma eventual prosperidade econômica, com seus programas de colonização bem definidos e organizados, transforma-se a partir dos anos sessenta.

As mudanças no perfil da produção agrícola, dirigidas pelo governo (erradicação do café), transformam as relações de trabalho e implantam a mecanização nos setores mais dinâmicos. A estrutura agrária do Paraná, caracterizada pela presença do pequeno proprietário, transforma-se, de região de acolhida, em zona de expulsão, criadora de fluxos migratórios.

Palavras-chave

Migração — colonização — êxodo rural — mecanização — camponês — latifúndio — café — soja — produção agrícola — agricultura — estrutura agrária — Brasil — Paraná — Rondônia.

*FRONTIÈRE DU PARANÁ:
de la colonisation à la migration*

RÉSUMÉ

La colonisation des régions de frontière — agraires et agricoles — est utilisée actuellement pour placer les “excédents” de main d’oeuvre créés par la mécanisation et pour désarmer les effets sociaux négatifs d’une politique agricole instable, axée sur la croissance des exportations.

Le Paraná, qui offrait aux migrants des années quarante et cinquante des conditions favorables pour l’acquisition des terres et pour une certaine prospérité économique, avec des programmes de colonisation bien encadrés et organisés, se transforme à partir des années soixante. Les changements dans le profil de la production agricole, dirigés par le gouvernement (éradication du café) modifient les relations de travail et imposent la mécanisation dans les secteurs

les plus productifs. La structure agraire du Paraná, caractérisée par la présence du petit paysan va ainsi se transformer de région d'accueil, en zone d'expulsion créatrice de nouveaux flux migratoires.

Mots-clés

Migration — colonisation — exode rural — mécanisation — petit paysan — latifundium — café — soja — production agricole — agriculture — structure agraire — Brésil — Paraná — Rondônia.

*THE PARANÁ FRONTIER:
From Colonization to Migration*

ABSTRACT

The colonized agrarian and agricultural frontier zones are used nowadays to settle the labour surpluses produced by mecanization and to defuse the negative social effects of an unstable agricultural policy focused on the growth of exports.

The Paraná which, in the 1940's and 1950's, was a valuable area for the migrants in terms of land acquisition and economic prosperity through well organized colonization programmes has been subject to transformations since the 1960's. The changes in the agricultural pattern imposed by the state (coffee eradication) modify the labours relations and call for mechanization in the most productive sectors. The agrarian structure of Paraná which is characterized by the small peasant will then be transformed from a place of destination to a zone of eviction, which will lead to new migration flows.

Key Words:

Migration — colonization — rural exodus — mechanization — small peasant — latifundium — coffee — soya bean — agricultural production — agriculture — agrarian structure — Brazil — Paraná — Rondônia.

Durante todo o curso da história do Brasil, nada foi mais marcante do que a presença do latifúndio que, na formação econômica e na criação de um esquema social específico, foi sempre dominante. É desta forma que a existência da grande propriedade concentrada nas mãos de poucos, no âmbito de uma economia agroexportadora, conduz a uma crescente polarização da riqueza gerada pelo desenvolvimento econômico. A pequena unidade agrícola vê sua expansão bloqueada nas regiões ligadas ao espaço dinâmico da produção.

A própria legislação que regulamenta a propriedade da terra (desde 1850 com a lei das terras devolutas) representa um obstáculo intencional ao crescimento do número das pequenas propriedades fundiárias, dentro da ótica da dominação e do controle da mão-de-obra. Assim, colocar a terra à venda a preços excessivos torna-se um entrave à propriedade familiar, especialmente para os imigrantes. A ocupação precária da terra mantém-se, até os dias de hoje, como um dos meios mais eficazes e mais controvertidos para se ter acesso à

propriedade. A violência para a obtenção dos direitos sobre a terra é constante na história agrária do Brasil. A falsificação de documentos (grilagem) tem invariavelmente como resultado a morte ou expulsão dos ocupantes precários.

Entretanto, a pequena unidade familiar, produtora de alimentos e de matérias-primas baratas, pode existir fora das normas que regem a propriedade da terra, no seio das relações de trabalho instauradas no sistema de latifúndio. Estas são, na realidade, relações de dominação que se impõem à mão-de-obra rural, na medida em que o acesso à terra economicamente viável mostra-se extremamente reduzido.

A apropriação da terra e a dominação da força de trabalho foram os pilares da concentração da riqueza no Brasil, a base do poder regional e o amparo ao Estado oligárquico. Dentro deste contexto, a pequena propriedade representa uma ameaça para o sistema estabelecido, tendo em vista o caráter mono-exportador do setor dinâmico da economia que exige mão-de-obra abundante a um custo pouco elevado, e novas terras férteis.

A região Sul do Brasil escapara a este esquema, ainda que o latifúndio tenha se mantido importante nas florestas e nos prados. Esta região do Sul brasileiro (que engloba o Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) manteve-se em situação periférica com relação à produção do café até os anos trinta. Ela pôde assim diversificar seu leque de atividades e se manter à parte do rígido quadro de uma sociedade bipolarizada com base na propriedade e na riqueza. O imigrante fora acolhido como fator de estabilização para o desenvolvimento das cidades e o aumento das culturas alimentares, ainda insuficientes para satisfazer à demanda. O crescimento da pequena propriedade nestes três Estados apresenta, naturalmente, características diversas e próprias a cada um, que não pretendemos simplificar (Pebayle — 1973); o que nos interessa, aqui, é revelar a presença significativa da pequena propriedade agrícola, em escala familiar, em face da preponderância esmagadora do latifúndio no resto do País, e isenta das barreiras sociais por ele impostas.

Assim, a mão-de-obra imigrante no Sul não foi absorvida pela insaciável economia cafeeira, Moloch devorador de terras e de homens. Associando a pequena pecuária à agricultura de subsistência, geradora de excedentes que vêm reforçar o mercado interno e a atividade econômica regional, a pequena propriedade agrícola cria raízes e tradição.

O Paraná é um exemplo marcante do quadro que acaba de ser descrito: apesar da persistente presença de grandes latifúndios, a pequena propriedade familiar se instala perto das cidades e vilarejos desde o final do século XIX, a leste do Estado (Balhana *et alii* — 1969). Sua presença acentua-se a partir dos anos 1930-1940, quando a economia cafeeira atinge o Paraná e se estende seguindo os planos de colonização dirigida. Esta ocupação, realizada graças à expansão das pequenas explorações agrícolas, marca definitivamente a estrutura agrária do Paraná.

Os migrantes nacionais se sucedem aos imigrantes europeus no processo de ocupação do território, da expansão da pequena propriedade. Nesta época, o Paraná representa a principal fronteira agrária e agrícola do País, zona de atração para os migrantes do Estado de São Paulo, Minas Gerais e todo o Nordeste, com suas férteis reservas de terras roxas. As colonizações, tanto oficiais

quanto privadas, se unem a fim de promover o estabelecimento das novas populações e de estimular as atividades econômicas. Mas, já entre os anos 1960-1970, o Estado do Paraná vê diminuir as possibilidades de sua fronteira agrícola e, desde os anos setenta, se apresenta como um centro de migração rumo a outras regiões. Tentaremos analisar aqui este processo no qual o Paraná, em alguns anos, se transformou de região de acolha, com uma multiplicação do número de pequenas propriedades familiares, em zona produtora de migrantes, com uma redução do número de unidades agrícolas. Conseqüentemente, observamos em 1980 um aumento das grandes propriedades, configurando, de fato, uma “relatifundização”, uma volta à preponderância do latifúndio.

1. A OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO

1.1. Antecedentes históricos

O Paraná passou a pertencer à Coroa Portuguesa no século XVII, e a fundação de suas primeiras cidades, Paranaguá (no litoral) e Curitiba (no primeiro planalto), data desta época. A ocupação do território fora lenta e esparsa durante os dois séculos seguintes. A economia da região não será integrada àquela do resto do País senão graças ao dinamismo da demanda dos centros mineiros de Minas Gerais. No início do século XVIII, as atividades econômicas do Paraná são centradas na agricultura de subsistência dominada pela grande propriedade, no seio de uma sociedade escravagista. Pouco a pouco o comércio de mulas e o arrendamento das terras para invernada dos rebanhos vindos do extremo sul do País são substituídos pelas culturas. Tal modificação tem por corolário a multiplicação das cidades e vilarejos ao longo dos caminhos que cortam o Estado. É desta forma que aparecem as mais antigas cidades do Paraná, como Palmas, Lapa, Ponta Grossa, Castro, Jaquaraíva, Guarapuava, situadas nos segundo e terceiro planaltos. A exploração da erva-mate torna-se uma das principais atividades juntamente com o comércio de tropas no século XIX, responsável por importantes modificações econômicas e demográficas do Estado. O comércio do mate funciona, de fato, como pólo dinâmico da economia durante mais de um século, favorecendo o povoamento, a criação de cidades e de riquezas. Mas a extração vegetal, por natureza, não permite um mercado integrado e mantém as cidades e vilarejos isolados.

Por outro lado, a imigração irá trazer um sangue novo à população e contribuir para a instalação de pequenas e médias propriedades agrícolas diretamente ligadas ao abastecimento das cidades. A distribuição de lotes rurais aos imigrantes parte da própria iniciativa do governo regional e visa, justamente, compensar o déficit da produção alimentar que se havia reduzido pouco a pouco, em proveito de atividades ligadas ao comércio e à produção dirigida à exportação. A economia do Paraná, autocentrada até o século XVII, volta-se progressivamente para a exportação do gado e do mate. É assim que o Estado retoma, em escala reduzida, o modelo brasileiro, exportador de matérias-primas, que transforma a economia em “espelho” onde se refletem todas as crises e flutuações dos preços e da demanda do mercado internacional (Tavares, 1977). Por outro lado, a exploração do mate conduz igualmente à expansão da grande

propriedade do Paraná, já que enormes concessões de terras são feitas às companhias privadas que se destinam à sua produção. Os imigrantes, distribuídos em mais de 100 “colônias”, constituem um contrapeso a esta tendência.

O período que marca a passagem da Monarquia à República acentua a instabilidade das diretivas político-econômicas, de acordo com os movimentos e composição das “alianças de poder” (Romário Martins, s.d.). Também, em 1880, a colonização enquadrada pelo governo é abandonada e substituída pela colonização privada, que implantará mais de 40 “colônias” até 1900. Algumas vão prosperar devido à proximidade de cidades ou vilarejos já estabelecidos, mas outras vão se desintegrar e desaparecer, vítimas do isolamento e da falta de infra-estrutura, comunicação e transporte.

O povoamento tende, deste modo, a se concentrar em torno das cidades antigas, especialmente a leste do Estado. No início do século XX, dois terços do território do Paraná ainda se encontram praticamente desertos, com imensas florestas cobrindo seus solos férteis.

1.2. Colonização e migração no século XX

A partir do século XX, principalmente depois dos anos 20, o povoamento começa a se intensificar, transformando as regiões Norte e Sudoeste em verdadeiras zonas pioneiras. Estas se caracterizam por um fluxo regular de imigração, pela aceleração do desmatamento, por uma taxa mais forte de ocupação do solo destinado à agricultura, pela abertura de estradas e criação de vilarejos e cidades ligadas entre si (Balhana *et alii* — 1969).

Por ocasião do Censo de 1920, a distribuição fundiária do Paraná ainda se mostrava muito irregular. As explorações de mais de 100 ha cobrem 84% da superfície das terras.

Imensas concessões, gratuitas ou vendidas a preços irrisórios, se estendem de norte a sul do Paraná. As concessões constituem uma prática corrente nesta época, pois o governo tirava uma grande parte de suas receitas dos impostos recebidos sobre as exportações de mate e madeira, realizadas por estas companhias privadas.

As doações de terras eram sempre acompanhadas por uma cláusula *sine qua non*, determinando uma atividade colonizadora e de povoamento, paralela à exploração do solo e das florestas.

Algumas tentativas de colonização partem destas concessões, mas, na maioria das vezes, as atividades se reduzem à exploração, pura e simples, dos recursos naturais nestas vastas áreas. Por outro lado, imensas superfícies são apropriadas ilegalmente através de títulos falsos; tal prática, conhecida como *grilagem*, jamais desencadeara reação por parte do governo. Foi assim que um quarto do território foi privatizado nos três primeiros decênios do século XX.

O Sudoeste apresenta, à época, uma população reduzida, composta de caboclos (cultivadores seminômades), disseminada em um território de cerca de 12.000 km². Em 1900, sua população é estimada em 6.000 habitantes, ou seja, 2% da população total do Estado. O Norte tradicional é ocupado por grandes proprietários de origem paulista. No entanto, o povoamento é favore-

cido pela chegada, em 1908, da estrada de ferro até a cidade de Ourinhos, perto da fronteira do Estado de São Paulo. Assim, muitas cidades foram fundadas na região entre 1900 e 1924: Jacarezinho (1900), Cambará (1904), Bandeirantes (1921), Cornélio Procópio (1924)...

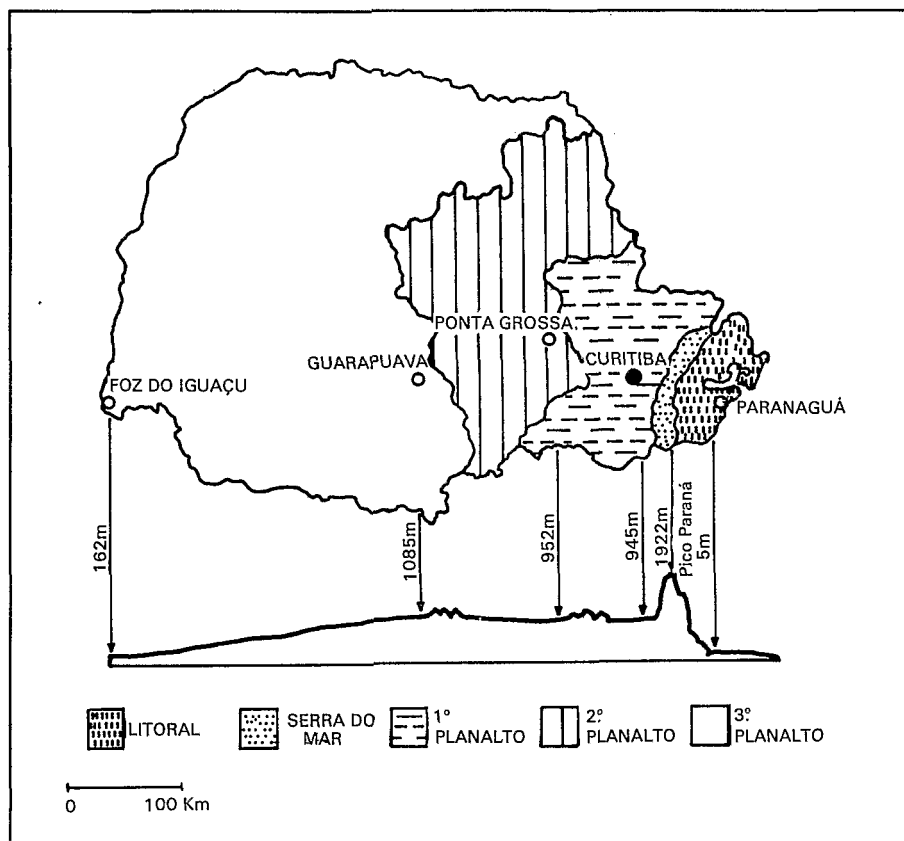


FIGURA 1 — O RELEVO DO PARANÁ

A leste, praticamente todo o segundo planalto é ocupado em 1920, graças à implantação da estrada de ferro ligando Ponta Grossa ao litoral desde o final do século XIX (Bernardes, L. — 1953). Nesta época, o governo do Paraná inicia programas de colonização oficial nos arredores do terceiro planalto. Se as colônias não são determinantes quanto ao povoamento, elas abrem, entretanto, estradas precárias em plena floresta, que constituem importantes eixos de penetração. Estas colônias não representam senão fundações isoladas, distantes das regiões já habitadas e dos centros de consumo, cuja existência só pode ser explicada pelo desejo da administração de forçar o povoamento em direção ao rio Paraná (Balhana *et alii* — 1969 e Bernardes, N. — 1952).

Quanto às concessões feitas, a oeste do território, às companhias privadas para a exploração do mate e da madeira, sempre sob a condição de assegurar o povoamento destas zonas, algumas não atingem nem mesmo o estágio de exploração, como a Cia. Estrada de Ferro São Paulo, Rio Grande do Sul, Silva Jardim e Miguel Mate. Outras são destinadas à exploração de florestas, mas somente uma exercerá realmente uma ação colonizadora: Meyer Ammes e Cia. Ltda., em 246.000 ha onde se desenvolverão três colônias.

A partir do começo do século até 1920, registra-se então um crescimento da população (+ 109,6%) sobre o terceiro planalto, mas a ocupação se revela ainda instável e esparsa.

1.3. O avanço da fronteira demográfica: oeste e sudoeste

Nos anos 20, um novo e amplo movimento de povoamento, vindo do Sul, penetra no território do Paraná: os gaúchos, descendentes de imigrantes europeus, partem em busca de novas terras devido ao desmembramento de suas propriedades em heranças sucessivas. Entretanto, estes novos colonos mantêm-se isolados dos centros comerciais do Leste e do litoral, por causa da precariedade dos meios de transporte. Este obstáculo só será suplantado no final dos anos 50, quando o governo do Paraná inicia um programa de organização de infra-estruturas. Antes desta data, os colonos viviam principalmente no âmbito de uma economia de subsistência, baseada no trabalho familiar e na pequena e média propriedade (Bernardes, L. — 1953).

Desde o início dos anos 50, uma outra onda de colonos, também vinda do Rio Grande do Sul, penetra na mesma região e forma uma espécie de cadeia de povoamento que irá de encontro ao fluxo vindo do Norte, no final da década. Mas, como observa Padis, o melhoramento das comunicações com o Sudoeste era uma faca de dois gumes: se, por um lado, o comércio se tornara mais acessível, por outro, os investimentos de capital na região vieram desordenar a organização agrária, na qual grande número de pequenas e médias unidades agrícolas (Padis, 1970) haviam florescido.

A oeste, o avanço é lento e gradual, sem grandes movimentos de população, com apenas uma ocupação esparsa de caboclos, posseiros e invasores que desmatam a floresta e praticam uma agricultura primitiva.

A partir de 1930, o governo do Paraná recupera mais de 3 milhões de hectares, decretando a anulação das concessões feitas anteriormente. Nesta época, o País atravessa um período de agitações políticas (Revolução de 1930) que transferem o poder da oligarquia dominante (grandes proprietários de terras produtores de café) a uma classe média urbana, industrial, interessada na soberania do Estado sobre as riquezas naturais. Alguns anos mais tarde são implantados projetos de colonização a fim de evitar o desflorestamento selvagem. Algumas colônias são fundadas nesta época: Piquiri, Goio-Erê, Goio-Bang, Manuel Ribas, Muquilhão e Mourão. Algumas companhias privadas desenvolvem também projetos de colonização, dentre os quais se distingue Maripá, com 124.000 alqueires (1 alqueire = 2,48 ha). A ação conjugada do governo e das companhias privadas facilita assim o processo de povoamento do oeste do Paraná que se intensifica nos anos 40.

1.4. O povoamento organizado: o norte do Paraná

O café aparece timidamente no norte do Paraná por volta de 1860, em algumas grandes fazendas e constitui uma primeira frente pioneira que se estende lentamente. Este tipo de povoamento é diferente daquele do Sudoeste e do Oeste, estendendo-se de maneira regular e uniforme durante as duas primeiras décadas do século XX. A proximidade com São Paulo cria condições de mercado propícias a quebrar o isolamento, a despeito das dificuldades de transporte; a ação colonizadora do governo do Paraná e sobretudo das companhias privadas cria, entretanto, uma infra-estrutura favorável à instalação de pequenos e médios proprietários.

As concessões mais importantes feitas pelo governo a companhias privadas são: “Primeiro de Maio”, fundada por Corain e Cia., dotada de 50.000 ha, cujos primeiros habitantes chegam em 1923; “Sertanópolis”, criada por Leopoldo de Paula Vieira em 1924, também com uma superfície de 50.000 ha.

Estas duas companhias fundam os centros dinâmicos do povoamento da região antes da crise de 1929. Outras concessões criam núcleos coloniais, sem alcançar, entretanto, uma ocupação imediata. Mas esta colonização dirigida nunca exclui a ocupação precária das terras.

A companhia privada que teve o papel mais importante para a ocupação do território foi a “*Paraná Plantations Ltd.*”, que comprara do governo do Estado 515.000 ha. É estabelecido um plano de colonização muito detalhado, o qual comporta a realização de uma infra-estrutura organizada para o comércio e o transporte, e prevê também uma estrada de ferro que acompanharia o avanço do povoamento.

A sede social desta companhia, de origem inglesa (nacionalizada na Segunda Guerra), é instalada em Londrina, cidade que propaga seu dinamismo para a ocupação do território. A divisão das terras é feita em loteamentos de pequena e média extensão, cuja compra podia ser financiada em 4 anos. Isto atraiu um grande número de colonos e tal experiência foi decisiva para a instalação de uma estrutura agrária específica no Paraná, caracterizada pela presença de pequenos produtores, proprietários de pleno direito.

O governo regional retoma também sua atividade colonizadora a fim de evitar os conflitos agrários sempre prestes a explodir nas zonas pioneiras. Os projetos de colonização pública prevêem então o povoamento de 300.000 ha na região Norte/Nordeste, sobre lotes de menos de 100 ha.

A ação conjugada do governo e da iniciativa privada favorece o crescimento demográfico do Paraná, que vê sua população crescer 80% entre 1920 e 1940. Dos 1.236.276 habitantes recenseados nesta última data, 75,5% pertencem ao setor rural.

O processo de colonização organizada irá influenciar diretamente a expansão das atividades econômicas, criando condições favoráveis para o pequeno campesinato. Como resultado deste processo, as pequenas e médias propriedades de menos de 100 ha constituem, em 1940, 84% do total das explorações agrícolas do Paraná.

1.5. O Paraná, região de acolha

No início do século XX, a fim de evitar crises de superprodução, o governo taxa todas as novas plantações de café no Estado de São Paulo. Tal política favorece a expansão do café em direção ao território vizinho, o Paraná.

A partir de 1940, a população aumenta de forma muito rápida, atraída pelo “ouro verde”, o café. Os baixos preços das terras praticados no Paraná, comparados aos de São Paulo, assim como a alta das cotações do café sobre o mercado internacional contribuem para este movimento. Por outro lado, a colonização organizada favorece a penetração do território com a implantação de estradas e caminhos que ligam as cidades e estimulam a produção e o comércio.

Desta forma, entre 1940 e 1950, a população total do Estado aumenta 71%, dos quais 3/4 pertencem ao mundo rural; entre 1950 e 1960, época do maior afluxo de migrantes, o crescimento demográfico é de 105%.

Nos anos quarenta no Brasil, os principais Estados de origem das migrações eram Minas Gerais e Espírito Santo, com 60%, e a região Nordeste com 35% do total de migrantes.

As regiões de acolha por excelência foram os Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, que receberam 60% dos migrantes e o Paraná que acolheu 33%.

Nos anos cinquenta, de um total de 2.124.266 migrantes, 45% se dirigiram rumo ao Paraná. É portanto nesta época de alta dos preços do café e de expansão dos programas de colonização que o Paraná recebe o grande impulso demográfico (Ipardes, 1973). O Paraná torna-se então o maior produtor de café do Brasil e, conseqüentemente, do mundo. Suas colheitas, boas ou más, comandam os preços das cotações internacionais (cf. gráfico).

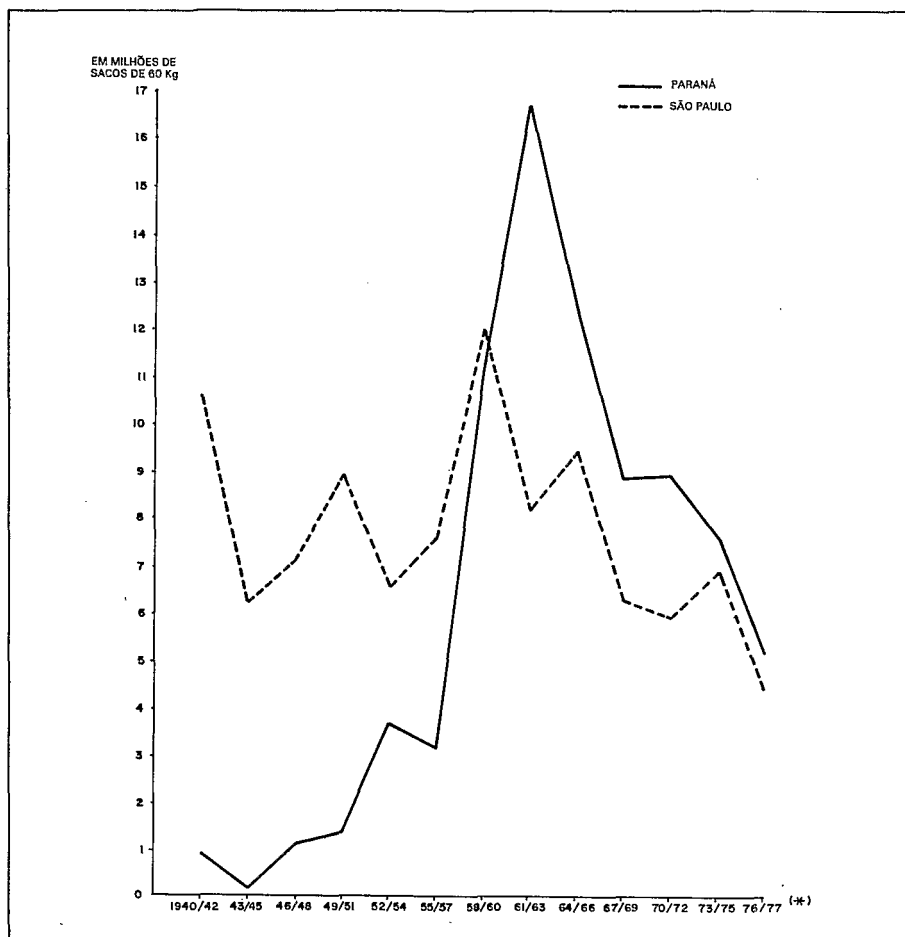
Tendo em vista a existência de um campesinato médio, a produção agrícola no Paraná apresenta uma enorme diversidade: no início dos anos quarenta, dez produtos são responsáveis por 83% do valor da produção agrícola do Paraná. Durante o período 1949/1951, o café já representa 54% deste valor, e, em 1958/1960, 59% (Navarro Swain — 1979).

No final dos anos quarenta, 86% do número total de explorações agrícolas do Paraná possuem menos de 100 ha. A produção do café, cuja remuneração é mais interessante do que qualquer outra, ganha importância sobre as propriedades de quaisquer dimensões.

O café, produto comercializável por excelência, primeiro produto de exportação do País, acarreta por sua expansão, no território do Paraná, o aumento de uma produção agrícola diversificada. As culturas alimentares destinadas ao mercado interno crescem com o desenvolvimento das pequenas propriedades, que fazem do Paraná um elo importante na cadeia do abastecimento brasileiro.

A expansão da superfície cultivada e o aumento da produção agrícola consolidaram a posição da agricultura familiar dentro da estrutura agrária do Paraná. Os latifúndios subsistem, mas seu lugar relativo na estrutura fundiária perde a importância (Quadro 1).

Tendo em vista o grande número de pequenas propriedades agrícolas reenseadas em 1940 e 1950 (76% para os dois anos), as análises históricas evocam repetidas vezes uma “classe” média rural (Padis, 1970; Ipardes, 1973; Ba-



* A produção indicada representa a média de 3 anos, a fim de evitar as oscilações conjunturais (exceção feita de 76/77, grupadas por 2 anos).

Fonte: Anuário Estatístico do Café — Nº 11 — Dez. 1977 — p.115.

FIGURA 2 — PRÓDUÇÃO DE CAFÉ — SÃO PAULO E PARANÁ — 1940/1977

lhana *et alii*, 1969). Mas aqueles que chegam ao Paraná nos anos cinquenta verão suas possibilidades de acesso à propriedade se reduzir: o número de explorações agrícolas que têm recurso à parceria passa de 5% a 20%. As relações de dominação que caracterizam a estrutura agrária no Brasil se multiplicam então no Paraná. A mão-de-obra ligada às áreas rurais, assalariada ou não (empregados permanentes ou temporários, parceiros), dobra nesta época (quadro 2). A ocupação precária que precede a frente pioneira aumenta sua ação sobre a terra, em resposta à conjuntura menos favorável de acesso à propriedade.

QUADRO N.º 1 – EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS POR SUPERFÍCIE – PARANÁ – 1940-1980

Estabelecimentos por Superfície (Hectares)	Número de Estabelecimentos 1940 %	Superfície (ha) 1940 %	Número de Estabelecimentos 1950 %	Superfície (ha) 1950 %	Número de Estabelecimentos 1960 %	Superfície (ha) 1960 %	Número de Estabelecimentos 1970 %	Superfície (ha) 1970 %	Número de Estabelecimentos 1980 %	Superfície (ha) 1980 %
Menos de 10 ha	20	1	16,5	1	34,5	4,5	53	11	47,5	7
De 10 a 20 ha	17	2,5	19,5	3	23,5	8	23	12	23	9
De 20 a 50 ha	32,5	11	34	12,5	27,5	20,5	16,5	19	18,5	16
De 50 a 100 ha	14	10,5	15,5	12,5	8	13,5	4	10,5	5,5	10,5
	<u>83,5</u>	<u>25</u>	<u>85,5</u>	<u>29</u>	<u>93,5</u>	<u>46,5</u>	<u>96,5</u>	<u>52,5</u>	<u>94,5</u>	<u>42,5</u>
De 100 a 500 ha	13,5	28,5	12,5	27	5,5	24,5	3	21,5	4,5	25
De 500 a 1.000 ha	1,5	11	1	8,5	0,5	7,5	0,5	7,5	0,5	9,5
1.000 ha ou mais	1,5	35,5	1	35,5	0,5	21,5	—	18,5	0,5	23
	<u>16,5</u>	<u>75</u>	<u>14,5</u>	<u>71</u>	<u>6,5</u>	<u>53,5</u>	<u>3,5</u>	<u>47,5</u>	<u>5,5</u>	<u>57,5</u>
	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Quantidade total	64.397	6.252.480	89.461	8.032.743	269.146	11.384.934	554.488	14.625.529	454.453	16.380.332
Taxa de crescimento de uma década a outra	—	—	+39%	+28%	+200%	+42%	+106%	+28%	-18%	+12%

Fontes: IBGE – Censos Gerais e Agropecuária – Brasil e Paraná 1940/1950/1960/1970/1980.

Assim, em 1960, rapidamente povoado, o Estado do Paraná amplia seu leque de atividades, mas concentra sobretudo esforços na expansão da agricultura. As florestas de pinheiros cedem então seu lugar ao café, milho e feijão. O Paraná se transforma e torna-se o celeiro do Brasil.

2. OS ANOS 60: DA ESPERANÇA AO ÊXODO

2.1. A eliminação dos cafezais

O período que cobre os anos sessenta apresenta um quadro de agitações e transformações radicais nas áreas política, econômica e social, e o Paraná sofre suas conseqüências. A produção agrícola, a estrutura fundiária, o emprego da mão-de-obra e a distribuição das riquezas serão atingidos e modificados.

Em 1964 os militares tomam o poder e dão prioridade à modernização da economia, particularmente no setor agrícola, visando a um crescimento global acentuado, com diversificação das exportações agrícolas e impulso ao setor secundário. São postos em ação mecanismos de apoio e auxílio financeiro e fiscal. Trata-se da época do “boom” econômico, do qual beneficiaram-se, sobretudo, as grandes empresas agrícolas e industriais, cuja mecanização efetuou-se a um ritmo desenfreado.

Tal orientação, que favorece o capital em detrimento do trabalho, tem repercussões profundas na sociedade brasileira, na medida em que cria o desemprego agrícola, o êxodo rural, a baixa dos salários urbanos e a concentração crescente das riquezas (Oliveira, 1975).

O que nos interessa aqui é observar os efeitos da política do governo sobre o Estado do Paraná. No começo dos anos sessenta, o café é ainda o principal produto de exportação da economia brasileira, mas sua produção se estafa, pois novos produtores estão sempre entrando no mercado: as colheitas são cada vez mais abundantes, acarretando a queda dos preços. Ora, o governo brasileiro é comprador de toda a produção do café através do Instituto Brasileiro do Café, que a exporta em seguida. Esta operação torna-se amplamente deficitária, pois é preciso queimar ou estocar os excedentes da produção. Por outro lado, a importância do café, pilar da economia, exige a regulamentação dos preços pagos ao produtor (Furtado, 1972).

Tal contradição onerosa leva o governo militar a prosseguir uma política iniciada em 1963: racionalizar a produção reduzindo as superfícies cultivadas. É a implantação do programa de eliminação dos cafezais: o produtor é pago para arrancar suas plantações de café, e substituí-las por outros produtos demandados no mercado internacional ou necessários para o mercado interno.

O Paraná é diretamente afetado por esta política, na medida em que é, na época, o maior produtor de café. Podemos observar no gráfico a alta da produção do Paraná desde 1940, e sua queda espetacular a partir dos anos sessenta. Entre 1959 e 1969, a produção do Paraná representa, em média, 50% da colheita brasileira de café. De 1962 (data do primeiro programa de erradicação) até 1975, os planos de eliminação alcançaram uma redução de 47% das plantações cafeeiras (CEEFF, 1977).

A intervenção indireta do Estado na produção do café visa primeiro eli-

minar os excedentes de produção e adequar a oferta à demanda. Mas, para o Paraná, esta política está carregada de conseqüências. Tomaremos em conta uma: a redução das culturas alimentares que acompanham o café durante toda sua expansão no território do Paraná.

A cultura do café propicia a plantação de culturas intercalares e pode mesmo delas necessitar inicialmente, o que permite uma grande diversificação da produção agrícola. Trata-se de uma contrapartida da extrema dependência do Estado frente às oscilações das colheitas de café. A eliminação dos cafezais acarreta, portanto, uma redução das culturas secundárias, de subsistência (milho, feijão, etc.), cujos excedentes estavam voltados ao abastecimento urbano ou à exportação para outros estados da Federação.

Desta forma, depois de ter formado, a partir de 1940, uma agricultura alimentar muito importante, seguindo a ocupação do território e a expansão do café, o Paraná vê diminuir sua produção de alimentos. Daí resultam graves conseqüências para o abastecimento, não somente de sua população, mas também de todo o Brasil, do qual o Estado havia se tornado o grande fornecedor de gêneros alimentícios. É nos anos setenta que se farão sentir mais intensamente as conseqüências, quando a importação de alimentos começa a se fazer necessária para satisfazer a demanda de certos produtos dos quais o País era auto-suficiente há muito tempo, como o feijão e o arroz.

A erradicação do café no Paraná acelera portanto o processo de transformações econômicas do setor agrícola, que leva a uma maior mecanização e a mudanças profundas na utilização dos fatores de produção, modificando assim o perfil da oferta agrícola do Estado.

2.2. A soja acelera a mecanização

A soja foi a cultura ideal de substituição do café; planta fácil de se cultivar, inteiramente mecanizável, dotada de vantagens fiscais e do apoio do governo. Sua cultura se estendeu como um rastilho de pólvora. As verbas do governo destinadas à produção da soja passaram de 3% em 1969 a 17% em 1975. A superfície do cultivo de soja no Paraná passa de 5.643 ha em 1960 para 3.007.841 ha em 1980. Este desenvolvimento produz uma inversão na relação culturas permanentes/culturas temporárias. (Em 1960: 48% e 52% respectivamente, e em 1970: 28% e 72% das superfícies cultivadas.) Em 1980 esta diferença ainda se acentua: as culturas temporárias ocupam então 76% da superfície valorizada, sendo uma grande parte desta porcentagem representada pela soja.

Com relação à utilização ótima dos fatores terra e capital, a soja é um produto ideal, tendo em vista a taxa de rentabilidade que ela garante aos investimentos. Do ponto de vista da mão-de-obra, no entanto, sua expansão é negativa, geradora do desemprego devido à mecanização acelerada, fortemente estimulada pelo governo.

Com efeito, a orientação do governo tende à modernização da agricultura, através da mecanização e do aumento da produtividade pela utilização de *inputs*, tal como fertilizantes químicos, herbicidas, etc. Os preços mínimos e o apoio do crédito subvencionado demonstram, aliás, sem rodeios, o desejo do governo de desenvolver as culturas não-tradicionais de exportação, de acordo com as oportunidades conjunturais.

Durante a implantação dos programas de erradicação do café, mais de 100.000 trabalhadores perderam seu emprego (entre 1962 e 1967); onde a cultura do café empregava 30 pessoas, a da soja não necessitava mais do que uma (Pebayle, 1978).

Os problemas assim criados com relação à redução da necessidade de mão-de-obra, fator abundante (desemprego e êxodo rural, empobrecimento das pequenas propriedades), não são objeto de medidas especiais, com exceção dos programas de colonização no Centro-Oeste e da região amazônica.

O Paraná se apresenta como um caso típico: de centro de abrigo da grande massa de migrantes, torna-se centro de expulsão dos trabalhadores rurais. Com efeito, no decorrer dos anos sessenta, tendo em vista as modificações da política agrícola e a restrição das oportunidades de acesso à terra, as migrações em direção ao Paraná perdem seu dinamismo: dos 3 milhões de migrantes recenseados entre 1960 e 1970, apenas 20% se dirigiram ao Paraná, e 40% a São Paulo, grande centro industrial.

3. TRABALHO E ESTRUTURA AGRÁRIA

O desemprego que atinge a população rural no Paraná, seguido da erradicação do café e da mecanização acelerada, vai mudar a distribuição da mão-de-obra nas explorações agrícolas.

Como primeiro movimento, os trabalhadores rurais, privados de seus empregos, retornam às propriedades familiares: a conseqüência será o empobrecimento destas explorações, assim como seu desmembramento. Isto afetará a produção dos excedentes alimentares nas pequenas propriedades familiares, que se tornam superpovoadas. O número de hectares por trabalhador diminui e a mão-de-obra familiar representa doravante a grande maioria do pessoal que trabalha no setor agrícola. A tendência, portanto, é um recuo da força de trabalho repelida pelas mudanças estruturais da agricultura do Paraná rumo às terras familiares.

Desta forma, a mecanização vem substituir a força de trabalho em grande escala: o êxodo rural toma grandes dimensões em direção às cidades, propiciando o surgimento de favelas onde estas jamais haviam existido. Mas o êxodo rural existe também no sentido rural-rural, o que quer dizer que a população se desloca de uma região a outra em busca de melhores oportunidades econômicas.

A despeito do fato do emprego, de modo geral, ter diminuído, surge uma nova categoria de trabalhadores agrícolas no Paraná: são os volantes que se deslocam segundo as necessidades de estação, sem local fixo de residência nem contrato de trabalho; são também os bóias-frias, trabalhadores agrícolas que moram na periferia das cidades e que trabalham por tarefa.

Assim, as relações de dominação com seu corolário paternalista que caracterizava a agricultura se transformam na medida em que a remuneração em espécie desaparece, e em que os salários devem, por si só, assegurar a subsistência familiar. No Brasil, em geral, notadamente nos setores que se ligam às culturas de exportação, estas transformações se acentuam. No Paraná, apesar da absorção de uma grande parte dos "excedentes" da força de trabalho pelas peque-

nas unidades familiares, o número estimado dos bóias-frias representa em 1970 cerca de 88% daquele dos empregados temporários.

Os pequenos pedaços de terra explorados por famílias camponesas sofrem um processo de empobrecimento: na medida em que sua população aumenta, a produção destinada ao comércio se reduz. As menores unidades (menos de 20 ha) sofrem as conseqüências e serão os responsáveis pela formação dos fluxos migratórios.

O movimento de refluxo dos trabalhadores em direção às pequenas unidades familiares é tão poderoso que as explorações de menos de 100 ha absorvem 91% da força de trabalho agrícola do Paraná em 1970 (Quadro 2).

As transformações que atingem a estrutura social do emprego agrário acompanham os movimentos da economia.

A concentração da propriedade fundiária, sempre perpetuando seu sistema de privilégios, nunca deixou de existir no Paraná. Entretanto, com o avanço da colonização, notadamente a favor dos pequenos proprietários, seu espaço relativo se restringe. Em 1960, as explorações de mais de 100 ha dispõem de 54% das terras ocupadas pelas unidades agrícolas; em 1970 esta porcentagem cai para 47% (Quadro 1).

Em 1970, o número de unidades agrícolas de menos de 100 ha agrupam 96% do total das explorações agrícolas e 53% das superfícies. No entanto, quando observamos os aspectos conjunturais, como a redução do fluxo migratório rumo ao Paraná e a incorporação das terras ao processo produtivo, constatamos que a extensão média das grandes propriedades cresce, ao passo que a dos pequenos estabelecimentos diminui com uma tendência ao desmembramento, acompanhado pela concentração da mão-de-obra sobre as pequenas explorações, principalmente aqueles de menos de 10 ha.

Assim, no final dos anos sessenta, as orientações da economia, indiretamente dirigidas pelo governo, preparam as partidas do setor rural do Paraná que se iniciam no começo dos anos setenta rumo a outras regiões. Com o Censo de 1980, já se pode constatar a diminuição da mão-de-obra agrícola e do número de propriedades agrícolas (absoluto e relativo) dentro da classe das explorações de menos de 100 ha (Quadros 1 e 2).

Por outro lado, na extremidade oposta da estrutura fundiária, observamos em 1980 um crescimento do número e da superfície das unidades agrícolas de mais de 100 ha. Assistimos assim a uma retomada do latifúndio nas terras do Paraná (Quadro 1).

4. MIGRANTES RUMO A UMA NOVA COLONIZAÇÃO

4.1. *As condições de uma nova migração*

A taxa de crescimento da população do Paraná se reduz de modo surpreendente entre 1970 e 1980: 10% contra 61% entre 1960-70 e 103% de 1950 a 1960. A população urbana representa 59% do total recenseado em 1980 contra 36% em 1970; este movimento acompanha a tendência geral observada no Brasil, isto é, a inversão da relação entre população rural e urbana.

As culturas de exportação, setor subvencionado e apoiado pelo governo,

QUADRO N.º 2 – MÃO-DE-OBRA EMPREGADA NAS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS DE ACORDO COM A SUPERFÍCIE
– PARANÁ – 1940/1980

Estabelecimentos por Superfície (ha)	1940	1950	1960	1970	1980
Menos de 10 ha	28.991	41.114	259.047	829.396	617.197
De 10 a 20 ha	29.163	65.621	244.752	484.728	407.646
De 20 a 50 ha	65.299	151.772	363.287	387.497	385.600
De 50 a 100 ha	33.725	80.763	139.492	107.928	144.226
De 100 a 500 ha	46.565	110.735	184.771	112.768	168.934
De 500 a 1000 ha	10.587	21.730	38.582	24.992	35.333
Mais de 1000 ha	10.684	35.822	54.379	34.097	48.392
Não Declarados	124	50	388	65	498
Total e taxa de crescimento de uma década a outra	225.139	507.607 +125%	1.284.698 +153%	1.981.471 +154%	1.807.826 -9%

Fontes: Censos Gerais e Agrícolas – Brasil e Paraná 1940/50/60/70/80 – IBGE.

são prioritárias. Investimentos, mecanização, utilização de *inputs* químicos (cuja maioria é importada) permitem o aumento da produtividade, mas afetam diretamente o setor da produção alimentar e a demanda da mão-de-obra.

É assim que no final dos anos 70 a população ocupada nas explorações agrícolas diminui em cerca de 10%.

Trata-se de uma onda migratória rumo a outros Estados e cidades, fugitiva de uma pobreza crescente, da impossibilidade de concorrência com os grandes produtores, da falta de crédito, da exigüidade das terras em face da “liberação” de mão-de-obra. Ainda que os maiores proprietários recomecem a engajar trabalhadores, as migrações continuam, estimuladas pelo governo, a povoar outras zonas de fronteiras, “prestes a recebê-los” como proclamam os planos de colonização.

O quadro 2 nos mostra a redução da mão-de-obra ocupada nas explorações agrícolas no Paraná em 1980: é na camada daquelas de menos de 100 ha que encontramos uma perda nítida de população.

Do ponto de vista da estrutura agrária, a tendência é paralela à da força de trabalho. O número de propriedades agrícolas, que havia dobrado entre 1960 e 1970, sofre uma redução de 18% entre 1970 e 1980. Aqueles que vêem seu número diminuir de forma mais surpreendente pertencem à categoria de menos de 10 ha e entre 10 e 20 ha (— 27% para a primeira e — 11% no caso da segunda). A superfície diminui na mesma proporção que o número das explorações. Por outro lado, as explorações de mais de 100 ha sofrem um aumento de 31% e sua superfície, de 35% entre 1970 e 1980 (Quadro 1).

Entretanto, são as explorações de menos de 100 ha, empobrecidas desde o final dos anos 60, que são hoje, em 1980, responsáveis por dois terços do valor de produção na agricultura do Paraná.

4.2. Rumo a Rondônia

Dentre as 390.000 pessoas que formam a primeira corrente migratória dos anos setenta rumo a Rondônia, 30% são originárias do Paraná.

Rondônia toma o lugar detido pelo Paraná desde os anos quarenta. Torna-se o centro de acolha dos migrantes vindos de todo o Brasil, zona de fronteira agrícola, onde as possibilidades de obtenção da propriedade de um lote de terras são grandes: distribuição de terras públicas em zonas de colonização oficial, compra de lotes a preços relativamente baixos ou recurso à invasão pura e simples das terras.

Enquanto no Paraná a colonização oficial é substituída pela iniciativa privada, em Rondônia a atividade colonizadora é dirigida principalmente pelo governo. Sua ação porém se esgota rapidamente em face do crescimento da demanda de terras. Os projetos de colonização integrados, dotados de infra-estrutura de transporte, de rede de comercialização, são pouco a pouco substituídos pela instalação precária de migrantes em regiões da floresta amazônica (Coy e Kohlhepp, 1985). As dificuldades encontradas pelos migrantes se agravam pelo clima extenuante, doenças tropicais, isolamento.

Os migrantes originários do Paraná que conseguiram acumular um pequeno pecúlio quando da venda de suas terras preferem se dirigir ao Mato

Grosso onde a colonização privada oferece condições mais favoráveis de instalação, apesar do custo mais elevado das terras.

O objetivo explícito da colonização oficial em Rondônia é o de se estabelecer neste Estado uma estrutura fundiária, com base na pequena propriedade, a fim de aumentar a produção de alimentos. Na prática, são as colônias que produzem para a exportação (sobretudo o cacau) que prosperam graças à ajuda do governo. As tendências atualmente observadas pelos pesquisadores sobre as zonas de colonização em Rondônia se apresentam sob dois aspectos: a) fragmentação dos lotes cedidos pelo governo, tendo em vista o aumento da onda migratória; b) agrupamento em grandes propriedades dos lotes comprados de pequenos produtores que não podem mais suportar a precariedade da vida (Coy e Kohlhepp, 1985).

A colonização em Rondônia não criou uma camada média sólida de camponeses. A distribuição de terras pelo governo constitui um pólo de atração irresistível para os camponeses pobres de outras regiões, dentre as quais o Paraná. Mas a colonização precária e desordenada que se pratica no início dos anos oitenta não age senão reproduzindo as tendências afirmadas no resto do Brasil: o empobrecimento dos pequenos camponeses, uma renovação da dominação dos latifúndios sobre as terras, e uma ajuda sobretudo às culturas de exportação, em detrimento das culturas alimentares.

CONCLUSÃO

Observamos aqui uma das variáveis que dá origem às flutuações econômicas. O Paraná fora uma das regiões mais procuradas até 1970. A ocupação precária, o desmatamento selvagem, a colonização oficial e privada, todos os meios foram utilizados para se povoar o território. A povoação das cidades, uma rede integrada e bem conservada de estrada, o desenvolvimento da atividade comercial e de serviços, a instalação de pólos agroindustriais foram o coramento do processo de ocupação do Paraná, com base na expansão das atividades agrícolas.

Entretanto, a existência de pequenos produtores fora um dos pilares deste desenvolvimento, que permitia uma repartição mais justa das riquezas e escapava assim da clássica polarização minifúndios-latifúndios. A atividade colonizadora do Paraná tivera um papel muito significativo na implantação de uma estrutura agrária específica, ainda marcada hoje em dia por uma forte representação de pequenas e médias propriedades.

As transformações da economia, dirigidas pelo governo, vão mudar tal situação para “racionalizar” a atividade agrícola. A importância dada à mecanização e às culturas de exportação criaram condições de concorrência insustentáveis para o pequeno camponês, em face das novas empresas agrícolas subvencionadas pelo governo.

Assim, o Paraná se tornou um fulcro de êxodo rural em um curto período de tempo entre o final dos anos sessenta e os anos setenta.

A partida dos pequenos camponeses dá acesso à reconstituição de latifúndios e ao aumento das exportações agrícolas, o que vem responder aos objeti-

vos do governo, apesar do aumento das importações alimentares, que se tornaram indispensáveis para satisfazer à demanda interna.

As colônias criadas em Rondônia, a fim de abrigar os “novos pobres” vindos do Paraná, não conseguiram estabilizar e fixar a população migrante tendo em vista a falta de condições mínimas de sobrevivência e o aumento da onda migratória.

Desta forma, constatamos que a ação colonizadora no Brasil deixou de preencher seu papel de ocupação do espaço e de integração do território: a colonização se tornou uma arma política, utilizada a fim de cortar o nó górdio das tensões agrárias surgidas em regiões perfeitamente integradas aos circuitos comerciais.

A população, agora “excedentária” devido ao jogo de mudanças da política agrícola, é constantemente empurrada para terras a serem desmatadas, onde se reproduzem as condições desfavoráveis à instalação da propriedade camponesa familiar: justamente esta que, no Paraná, havia tentado frustrar a polarização da estrutura agrária e de seu corolário, violência e dominação.

BIBLIOGRAFIA

- BADEP (Banco de Desenvolvimento do Paraná S/A) — “Paraná Informações”, Curitiba, 1977 — 20pp.
- BALHANA (A. *et alii*) 1969 — *História do Paraná* — Gráfica Curitiba, 277pp.
- BERNARDES (L.) 1953 — O Problema das Frentes Pioneiras no Estado do Paraná — *in Rev. Bras. Geogr.* — ano XV, n° 3, julho/set. 1953, pp.3-49.
- BERNARDES (N.) 1952 — Expansão do Povoamento no Estado do Paraná — *in Rev. Bras. Geogr.* — out./dez. 1952, pp.427-445.
- COORDENADORIA DE ESTUDOS DE ECONOMIA CAFEEIRA 1977 — *Anuário Estatístico do Café (1727/1977 — 250 anos, n° 11, dez. 1977 — Rio de Janeiro)*.
- COY (M.) et KOHLHEPP (G.) 1985 — Conflicts of interests and regional development planing in colonizing the Brazilian Amazon: the case of Rondônia — Geographisches Institut, Univer., mimeo Tübingen, RFA, 21pp.
- FURTADO (C.) 1972 — *La formation économique du Brésil*, Mouton, Paris.
- IBGE — Recenseamentos 1940 — 1950 — 1960 — 1970 — 1980. Rio de Janeiro.
- IPARDES 1973 — Estudo de *Integração de Pólos Agroindustriais do Paraná* — 3ª fase — *Análise da mão-de-obra no Paraná* — Curitiba — pp.3-83.
- MARTINS (R.) s.d. — *História do Paraná* — Ed. Guaíra Ltda., Curitiba.
- NAVARRO SWAIN (T.) 1979 — *Trente ans d'histoire du Paraná: de grands espaces vides au capitalisme agraire* — Thèse de doctorat de 3^e è. sytle — IHEAL — Paris III.
- OLIVEIRA (F.) 1975 — *A Economia Brasileira — crítica à razão dualista* — Edições Cebrap — São Paulo.
- PADIS (P.C.) 1970 — *Formação de uma Economia Periférica: o caso paranaense* — Tese de doutorado. PUC, São Paulo.
- PEBAYLE (R.) 1973 — Le Brésil méridional — *in Problèmes d'Amérique Latine*, XXVII N.E.D. n° 3973/3974, mars 1973, Paris — pp.51-65.
- PEBAYLE (R.) 1978 — De la frange pionnière à l'espace rural aménagé dans le Nord-Ouest du Paraná, *in Le Bassin Moyen du Paraná Brésilien, l'homme et son milieu*, Talence, 1978.
- TAVARES (M.C.) 1977 — *Da Substituição de Importação ao Capitalismo Financeiro — Ensaios sobre a Economia Brasileira*, Zahar Editores, Rio de Janeiro, p.59.